

Relações de gênero e diversidade sexual em escolas públicas de Mato Grosso do Sul

Relationships of gender and sexual diversity in public schools of Mato Grosso do Sul

Josiane Peres Gonçalves*

Angela Maria Souza Silva Vidal de Oliveira**

Resumo

O presente estudo tem por finalidade identificar as representações sociais da comunidade escolar de Mato Grosso do Sul, sobre a diversidade de gênero, especialmente em relação à homossexualidade. Para identificar as representações sociais dos participantes da pesquisa, de natureza qualitativa, foi utilizado como instrumento um roteiro de entrevistas semiestruturadas, as quais foram gravadas em áudio, transcritas, sistematizadas e analisadas. Participaram do estudo um total de seis pessoas, sendo um avô de menino da educação infantil, um professor de educação infantil, duas gestoras escolares de educação infantil e duas mães de crianças de anos iniciais do ensino fundamental. Os resultados foram organizados a partir das seguintes categorias: representações sociais relativas à homossexualidade em âmbito familiar; preconceitos relacionados aos docentes do gênero masculino que atuam na área da educação infantil, como se eles fossem gays por trabalhar nessa área; aceitação da orientação sexual dos professores, por se entender que a prioridade é a competência profissional. Conclui-se que as relações de gênero e diversidade se encontram presentes na escola e que o preconceito parece ser maior quando se trata de homossexuais do gênero masculino.

Palavras-chave: Homossexualidade. Gênero. Representações sociais.

* Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil; Professora do Programa de Pós-graduação em Educação na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil; Email: josianeperes7@hotmail.com

** Graduada em Pedagogia e Integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa em Desenvolvimento, Gênero e Educação (GEPDGE) na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; Email: angelavidal147@gmail.com

Abstract

This study aims to identify the social representations of the school community of Mato Grosso do Sul about gender diversity, especially in relation to homosexuality. To identify the social representations of the research participants, of a qualitative nature, a semi-structured interview script was used as instrument, which was recorded in audio, transcribed, systematized and analyzed. A total of six people participated in the study, being a grandfather of a kindergarten boy, a teacher of kindergarten, two school managers of kindergarten and two mothers of children of early years of elementary school. The results were organized from the following categories: social representations related to homosexuality in the family context; prejudices related to male teachers working in the area of early childhood education, as if they were gay for working in this area; acceptance of teachers' sexual orientation, as it is understood that the priority is professional competence. It is concluded that gender and diversity relations are present at school and that prejudice seems to be higher when it comes to male homosexuals.

Keywords: Homosexuality. Gender. Social representations.

Introdução

Tendo em vista que, desde o ano de 2012, os integrantes do Grupo de Estudo e Pesquisa em Desenvolvimento, Gênero e Educação (GEPDGE) vem realizando pesquisas sobre o trabalho desenvolvido por docentes do gênero masculino com crianças, em diversos municípios do Estado do Mato Grosso do Sul (MS), foi percebido que, durante as entrevistas, os participantes também expuseram suas opiniões em relação à diversidade de gênero e sexualidade. Assim, surgiu a necessidade de melhor entender sobre as representações sociais da comunidade escolar de instituições municipais de MS, sobre questões relativas à diversidade de gênero, especialmente sobre a homossexualidade.

Mas o que se entende por gênero, diversidade e homossexualidade? Para Scott (1995, p. 73), “Gênero é a organização social da diferença sexual”, evidenciando que existe a diferença biológica entre homens e mulheres, mas há também uma forma de organização que cada cultura compreende, e transmite para as novas gerações, sobre como deve ser o comportamento de mulheres e homens. A referida autora salienta que “[...] a diferença sexual

não é a causa originária da qual a organização social poderia derivar; ela é, antes, uma estrutura social móvel que deve ser analisada nos seus diferentes contextos históricos” (SCOTT, 1995, p. 73). Em cada período da história da humanidade ou nos diferentes contextos sociais, é possível observar que não há um padrão único de comportamento feminino e masculino, ao contrário, existem formas diversas e dinâmicas, que vão se modificando com o passar do tempo. Assim, é possível afirmar que ser mulher ou homem em uma determinada cultura é muito diferente de outra e que, portanto, as relações de gênero são construídas socialmente.

Gênero, bem como a classe, não é uma categoria pronta e estática. Ainda que sejam de naturezas diferentes e tenham especificidade própria, ambas as categorias partilham das características de serem dinâmicas, de serem construídas e passíveis de transformação. Gênero e classe não são também elementos impostos unilateralmente pela sociedade, mas com referência a ambos se supõe que os sujeitos sejam ativos e ao mesmo tempo determinados, recebendo e respondendo às determinações e contradições sociais. Daí advém a importância de se entender o fazer-se homem ou mulher como um processo e não como um dado resolvido no nascimento (LOURO, 1994, p. 37).

Corroborando com tais ideias, Haraway (1995, p. 221) argumenta que “Gênero é um conceito desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplos terrenos de luta”. Historicamente as diferenças biológicas e sexuais resultaram em relações de gênero em que o masculino dominava e o feminino era dominado. Para mudar tal realidade, que ainda se faz presente em muitas culturas, foi necessário haver muitas lutas, as quais foram iniciadas pelos movimentos feministas.

Scott (1995) revela que, embora os estudos sobre gênero inicialmente tenham considerado somente o universo feminino, com o tempo passaram a incluir os homens por se entender que, para compreender um dos gêneros, é necessário conhecer também o outro, caracterizando-se pela perspectiva relacional. Para Louro (1994, p. 37), “O masculino e o feminino são construídos através de prática sociais masculinizantes e feminilizantes,

em consonância com as concepções de cada sociedade. Integra essa concepção a ideia de que homens e mulheres constroem-se num processo de relação”.

Esse processo de construção social das relações de gênero implica em um processo de formação da identidade de gênero que ocorre durante a infância. Nesse sentido, Gómez Etayo (2011, p. 79) destaca que:

O processo de constituição da identidade masculina é mais difícil para os homens, comparativamente às mulheres e seu processo de constituição de identidade feminina, precisamente pelas exigências sociais que são impostas a eles desde a infância. Os meninos têm de demonstrar desde muito cedo que não são meninas, que não têm comportamentos de meninas. Os meninos têm que conquistar a masculinidade, entendida só como virilidade em primeira instância. Isso é uma exigência feita através de jogos e brincadeiras na infância, mas depois é reforçado na adolescência, na juventude e na vida adulta através dos distintos espaços de interação que eles têm.

Percebe-se que, para o homem, tudo se torna mais difícil, pois, desde pequeno, são cobradas determinadas posturas, como por exemplo: que homem não chora, não brinca com bonecas, não usa roupas cor de rosa, devem ser mais agressivos etc. Muitos meninos podem não se identificar com este “padrão” que é socialmente imposto, não se reconhecendo como pertencentes ao gênero masculino, dando início a um drama psicológico que costuma resultar em grande apreensão e sofrimento.

Essa problemática relativa à construção da identidade faz parte da evolução dos estudos de gênero que, conforme Scott (1995), inicialmente priorizaram somente o universo feminino, para depois incluir o masculino e por fim reconhecer que também existe a diversidade de gênero e sexual. Nesse contexto, Jesus (2012, p. 11) sinaliza que “[...] em termos de gênero, todos os seres humanos podem ser enquadrados (com todas as limitações comuns a qualquer classificação) como transgênero ou ‘cisgênero’”.

A autora explica cada um desses conceitos esclarecendo que são chamadas de cisgênero “[...] as pessoas que se identificam com o gênero que

lhes foi atribuído quando ao nascimento” e as pessoas que não se identificam como o gênero que lhes foi determinado são chamadas de transgêneras (JESUS, 2012, p. 11). Trata-se da construção da identidade de gênero, uma vez que existem dois sexos (homem e mulher) e a maioria das pessoas se identifica com as suas características sexuais. Mas existem pessoas que não se reconhecem no próprio corpo, que embora sendo biologicamente masculino, por exemplo, preferem se comportar de acordo com os padrões estabelecidos socialmente para o sexo feminino, como as travestis e transexuais. Também existem pessoas que são biologicamente femininas, mas não se reconhecem no corpo de mulher, passando a se comportar de acordo com os padrões que culturalmente foram atribuídos aos homens (JESUS, 2012).

É possível então afirmar que uma pessoa cuja identidade de gênero é diferente do próprio corpo, deve vivenciar preconceitos, sem ser compreendida, porque a sociedade costuma valorizar o que é visto como padrão, não se interessando pelo aspecto emocional do ser humano. Segundo Louro (2004), a posição de ambiguidade entre as identidades de gênero e/ou sexuais é o lugar que alguns escolheram para viver, sugerindo que algumas pessoas, por não se reconhecerem no próprio corpo, optam por viver uma vida dupla, pois não conseguem encarar a sociedade devido ao preconceito, preferindo sufocar seus sentimentos.

Cabe aqui esclarecer que existem diferenças entre diversidade de gênero e sexual, uma vez que uma situação é a relação da pessoa consigo mesma, se ela se reconhece ou não no próprio corpo (identidade de gênero); outra situação diferente é a relação estabelecida afetivamente e sexualmente com outra pessoa (orientação sexual), conforme explica Jesus (2012, p. 12):

Gênero se refere a formas de se identificar e ser identificada como homem ou como mulher. Orientação sexual se refere à atração afetivossexual por alguém de algum/ns gênero/s. Uma dimensão não depende da outra, não há uma norma de orientação sexual em função do gênero das pessoas, assim, nem todo homem e mulher é “naturalmente” heterossexual.

A autora sugere que pode acontecer de uma pessoa ter conflitos relativos à identidade de gênero e não em relação a sua orientação sexual, assim como pode envolver ambas as situações, de não se reconhecer no próprio corpo e também ser homossexual.

No caso da orientação sexual, as pessoas, de acordo com as suas relações afetivas e sexuais, podem ser classificadas como: a) heterossexuais, quando se relacionam com alguém do sexo oposto; b) homossexuais, quando se relacionam com alguém do mesmo sexo; c) bissexuais, quando se relacionam com ambos os sexos (BRASIL, 2007).

É interessante destacar que a terminologia correta a ser utilizada é “orientação sexual” e não “opção sexual” (BRASIL, 2007; JESUS, 2012) como muitas vezes as pessoas ou até mesmo a mídia menciona, cabendo uma explicação sobre o significado de tais proposições.

[...] o termo orientação sexual veio substituir a noção de opção sexual, pois o objeto do desejo sexual não é uma opção ou escolha consciente da pessoa, uma vez que é resultado de um processo profundo, contraditório e extremamente complexo de constituição, no decorrer do qual cada indivíduo é levado a lidar com uma infinidade de fatores sociais, vivenciando-os, interpretando-os, (re)produzindo e alterando significados e representações, a partir de sua inserção e trajetória social específica (BRASIL, 2007, p. 17).

Não se trata, portanto, de uma escolha consciente da pessoa porque ninguém iria optar por vivenciar situações de preconceitos na sociedade. Quando alguém, geralmente depois de muitos conflitos, se percebe homossexual, significa que há o entendimento de que as relações homoafetivas são mais satisfatórias.

Ao abordar sobre a sexualidade, Weeks (1995) considera que a nossa interação afetiva é que vai determinar a sexualidade de uma pessoa e que, com os avanços relativos a essa temática, surge a questão da homossexualidade que infelizmente ainda se apresenta em grande parte como sendo um tabu a ser rompido pela sociedade. Como o preconceito ainda impera em muitos lugares, o meio social costuma priorizar as questões

morais, desrespeitando as pessoas que não se adequam aos padrões heteronormativos.

A homossexualidade não se limita a questão biológica, ela é demonstrada pelas atitudes comportamentais que os sujeitos evidenciam em suas práticas diárias, refere-se à maneira pela qual uma pessoa se identifica no aspecto sexual. A orientação sexual depende do gênero pelo qual a pessoa desenvolverá atração sexual no momento de estabelecer seus laços afetivos e íntimos (BRASIL, 2007). Acima de tudo, a homossexualidade se caracteriza pela forma com a qual as pessoas desejam ser reconhecidas perante a sociedade, sendo reconhecidas como cidadãos de direitos que precisam ser respeitados.

Na atualidade, existem grupos não governamentais, denominadas de ONG'S, que trabalham em função de pressionar o governo na elaboração de leis que defendam e de segurança ao grupo que fazem parte dos homossexuais. Isso se evidencia nas concentrações das Paradas Gays por todo o país sinalizando as atividades de movimentos e articulações políticas dessas ONGs (SANTOS, 2007).

Também há uma tendência de as mídias trabalharem no sentido de esclarecer à população sobre temáticas relativas à diversidade de gênero e homossexualidade, veiculando imagens e informações que, embora muitas vezes enfatizem a violência, contribuem para a compreensão de que não há motivo para discriminação e que ser diferente é algo normal. Essas ações podem influenciar no sentido de modificar as representações sociais que predominam na sociedade em relação à diversidade de gênero e sexual. Mas o que são representações sociais?

Moscovici (1973) analisa as ideias e atitudes de determinados grupos sociais e constata que existe um processo de construção de conhecimentos que são válidos para as pessoas que pertencem a esse mesmo contexto histórico e social. Assim, a realidade é representada de uma maneira particular por aquele grupo, que passa a agir de acordo com o que se convencionou como verdadeiro. Ao serem aceitas como verdades que devem ser seguidas, as representações sociais demoram a ser desconstruídas,

porque as pessoas tendem a ter dificuldade de mudar seus conceitos pré-existentes.

As representações sociais são conjuntos dinâmicos, seu status é o de uma produção de comportamentos e relações com o meio, e de uma ação que modifica uns e outros, e não o de uma reprodução [...], nem o de uma reação a um estímulo exterior determinado. [...] são sistemas que têm uma lógica própria e uma linguagem particular, uma estrutura de implicações que se referem tanto a valores como a conceitos com um estilo de discurso próprio. Não as consideramos como opiniões sobre, nem imagens de, mas como teorias, como ciências coletivas *sui generis*, destinadas à interpretação e à construção da realidade. (MOSCOVICI; NEMETH, 1974, p. 48).

Essas “ciências coletivas” produzidas socialmente, no que tange à diversidade de gênero e sexualidade, exercem muitas influências no sentido de a população entender que não é algo normal, porque historicamente as culturas ocidentais industrializadas não abordavam sobre essas temáticas abertamente. Há de se entender, portanto, que mudar as representações sociais predominantes dependerá de um processo que, além de conscientização, requer estudos, pesquisas e produção de novos conhecimentos que possam contribuir com o processo de formação das novas gerações.

A produção de conhecimentos é um dos motivos pelo qual se justifica a realização do presente estudo, que tem por objetivo identificar as representações sociais da comunidade escolar do Estado de Mato Grosso do Sul sobre questões relativas à diversidade de gênero e sexualidade.

Metodologia

Frente à pesquisa realizada em alguns municípios de Mato Grosso do Sul sobre o trabalho de professores homens com crianças, mas que alguns dos participantes acabaram por externalizar as suas representações sociais relativas às questões de gênero e sexualidade, optou por, neste estudo,

aproveitar os resultados de pesquisa que retratavam tais representações. É interessante destacar que o foco inicial da pesquisa era sobre uma determinada temática, mas, devido à natureza qualitativa da investigação, os participantes falavam sobre outros assuntos que não poderiam ser desconsiderados, resultando, portanto, na elaboração deste trabalho de pesquisa. Ao abordar sobre a realização de pesquisas, Minayo (2002, p. 17) argumenta:

Entendemos por pesquisa a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e atualiza frente à realidade do mundo. Embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação, ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema, se não for tiver sido um problema de vida prática.

O instrumento utilizado para a coleta de dados consistiu na elaboração de um roteiro de entrevistas semiestruturada por se entender que, com a gravação de entrevistas, seria possível identificar mais facilmente as representações sociais dos sujeitos.

A entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo, com ela o pesquisador busca obter informações contidas nas falas dos atores sociais. Ela não significa, uma conversa informal e neutra uma vez que se insere como meio de coletas de informações relatadas pelos atores, enquanto sujeitos, objetos de pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. Suas formas de realização podem ser de natureza individual ou coletiva (NETO, 2002, p. 57).

A escolha dos municípios de Campo Grande, Itaquiraí e Tacuru ocorreu porque, durante contato inicial, as Secretarias Municipais de Educação concordaram com a realização da pesquisa e por estarem distantes entre si geograficamente. Após ser feito contato com as escolas públicas em que a pesquisa seria realizada, os integrantes do GEPDGE visitaram as instituições, em horário previamente agendados, e gravaram as entrevistas com os participantes. Posteriormente foram feitas as transcrições e

sistematização dos dados, sendo então destacados somente as transcrições que apresentavam discussões relativas à diversidade de gênero e sexualidade, com ênfase para a homossexualidade.

Nesse sentido, embora tenham sido entrevistados um número maior de pessoas caracterizadas por gestores escolares, professores e familiares de crianças de escolas públicas de MS, para a realização deste trabalho, foram considerados apenas os relatos dos sujeitos que fizeram menção à diversidade de gênero e sexualidade, resultando assim em 6 (seis) participantes, os quais são identificados por:

1. **Avô CG:** Avô de um menino de educação infantil, residente em Campo Grande.
2. **Gestora CG:** Gestora escolar da educação infantil também de Campo Grande.
3. **Gestora IT:** Gestora escolar da educação infantil de Itaquiraí.
4. **Professor CG:** Professor de educação infantil de Campo Grande.
5. **Mãe CG:** Mãe de aluno do Ensino Fundamental de Campo Grande.
6. **Mãe TC:** Mãe de aluno do Ensino Fundamental de Tacuru.

Os dados obtidos por meio da análise das entrevistas desses participantes foram organizados e discutido, sendo fundamentados em publicações que abordam estudos de gênero e sexualidade, conforme apresentado na sequência.

Resultados e discussões

Com os resultados obtidos mediante a pesquisa de campo realizada com a comunidade escolar, foi percebido que não há muitos comentários relativos à identidade de gênero, parece que essa ainda não é uma preocupação presente entre gestores, professores e familiares das escolas públicas de Mato Grosso do Sul onde a pesquisa foi realizada. Por outro lado, em relação à orientação sexual, aparecem com maior frequência relatos e opiniões evidenciando que as relações de gênero estão presentes no contexto escolar. Assim, os dados obtidos no presente estudo foram organizados a partir das seguintes categorias: a) representações sociais

relativas à homossexualidade em âmbito familiar; b) preconceitos relacionados aos docentes do gênero masculino que atuam na área da educação infantil, como se eles fossem gays por trabalhar nessa área; c) aceitação da orientação sexual dos professores, por se entender que a prioridade é a competência profissional.

a) Representações sociais relativas a homossexualidade em âmbito familiar

Em relação às representações sociais sobre a homossexualidade em âmbito familiar, foi possível perceber, mediante os relatos de um Avô de uma criança de educação infantil que morava sozinho como o neto em Campo Grande, capital de MS, que há o preconceito relacionado às famílias homoparentais responsáveis por crianças:

Eu vou ser sincero eu acho um casal homossexual masculino cuidar de uma criança, a dificuldade, assim, é muito grande, porque Deus fez o homem a mulher e aí um completa o outro [...] acredito que um casal homossexual mulher e mulher cuidariam melhor de uma criança, do que um casal de homens, nisso aí eu sou um pouco preconceituoso [...] Na questão criação eu já tenho minhas dúvidas, eu sou meio preconceituoso, dois homens cuidando de uma criança que não tem condições (AVÔ).

Podemos observar que, para o Avô, diante da possibilidade de um casal homoafetivo cuidar e educar uma criança, há a nítida preferência pela organização familiar composta por duas mulheres, visto que o casal feminino, segundo as representações sociais do Avô, tem maior sensibilidade e paciência para lidar com as crianças. No entanto, não se pode afirmar que todas as mulheres possuem tais habilidades e os homens que as não possuem, podendo esses últimos muito bem desenvolvê-las, casos se tornam responsáveis por crianças.

Intrínseca à representação social evidenciada pelo Avô, poder estar a preocupação com a sexualidade masculina, por se entender que homens não controlam seus impulsos sexuais, tornando-se agressores em potencial. Nesse sentido, Coutinho Filho (2017, p. 499) salienta que historicamente

foram “[...] constituídas visões estereotipadas da homossexualidade adulta em funções de referência como a paternidade e a maternidade para com as crianças e, principalmente, em relação a gays, o temor de uma possível pedofilia”. Também Monteiro e Altmann (2014, p. 734) ressaltam que “A possibilidade de contato entre os corpos desses dois sujeitos, homem e criança, e, mais especificamente, a criança do sexo feminino, mesmo em situação de cuidado, emergiu como suspeito e merecedor de justificativa e preocupação”.

Por meio dos dados de pesquisas realizados por Maceda (2013), no México, mas que considerou também vários países da América Latina, Europa e Estados Unidos, é possível notar que não há indicativo de que crianças que foram criadas por casais homoafetivos tenham tido algum problema em seu processo de desenvolvimento. O autor fundamenta-se nos estudos de Stacey e Biblarz (2001) para ressaltar que:

[...] estudiaron los discursos a favor y contra esta forma de parentalidad, analizó escrito sobre paternidad gay y de la maternidad lesbiana e investigó si la homosexualidad de los padres afecta a niños y descubrieron que ellos fueron afectados por la preferencia sexual padres, pero también aprender a ser más tolerante con las personas de grupos LGBTTTI (MAQUEDA, 2013, p. 32).

Baseando-se nesses resultados, é possível afirmar que o receio do Avô não faz sentido, uma vez que não importa a orientação sexual dos adultos que educam e cuidam de criança e sim a maneira como o fazem, se assumem as responsabilidades educativas e proporcionam um ambiente acolhedor e afetivo que protejam e contribuam com o processo de desenvolvimento integral da criança.

b) Preconceitos relacionados aos docentes do gênero masculino

Os preconceitos percebidos em relação à orientação sexual dos profissionais da educação referem-se, com maior intensidade, aos docentes do gênero masculino que trabalham com crianças de educação infantil. Não se percebe preocupação com a identidade de gênero dos docentes, mas sim

a dúvida se os professores homens são gays, como se essa possibilidade fosse interferir no trabalho educativo realizado com as crianças. Dessa forma, a Gestora CG relatou sobre as dúvidas das professoras da instituição quando souberam que teria um homem trabalhando com as crianças da primeira etapa da educação básica:

Como eu falei, no início que eu fiz a reunião, passei para as professoras e umas começaram a rir e me perguntaram..., vou falar a verdade porque você sabe a nossa sociedade é muito preconceituosa, a primeira pergunta foi se ele era gay. Aí eu disse assim “não, eu não sei a opção sexual dele, mas eu sei que ele é meu professor e ele é casado, tem a família dele, tem dois filhinhos tudo”. Mas a primeira pergunta foi: “ele é gay?” (GESTORA CG).

Mediante o relato da Gestora CG, percebemos que o preconceito começa entre os próprios colegas de trabalho, ou seja, que atuam na mesma instituição em que professores homens vão desempenhar suas atividades educativas. Assim que ficam sabendo que um docente do gênero masculino vai ministrar aulas para as crianças, as professoras questionam se ele é gay, como se homens heterossexuais não pudessem se interessar por esta área de atuação profissional.

Mas não são somente as professoras que demonstram esse tipo de dúvidas, visto que, segundo a Gestora CG, as famílias também ficaram surpresas ao perceber a presença de um docente do gênero masculino trabalhando com crianças de educação infantil e lhe fizeram a mesma pergunta. Assim relata a Gestora CG: “Porque, na verdade, na concepção da família que não está muito atualizada, ela acha que se é um gay, que ele poderia trabalhar na educação infantil”. Em seguida, ela mesma se questiona “Por quê? Por ser gay? Não. Não. Ele é igual a todo mundo”. Por fim, a Gestora CG comentou que, segundo sua opinião, se fosse um professor homem heterossexual, as famílias poderiam ter mais receio de vê-lo trabalhando com as crianças, do que se fosse um professor homem que é gay, conforme pode ser observado no diálogo com a pesquisadora.

Pesquisadora: A família, na verdade, queria que ele fosse gay?

Gestora CG: Não, perguntou se ele era gay. Se fosse, seria...

Pesquisadora: Mas eles acham que o professor homossexual se daria melhor com as crianças?

Gestora CG: Achariam.

Pesquisadora: Em que sentido?

Gestora CG: É... No sentido de calma, tranquilidade, de passar a tranquilidade de... De ser feminina; sabe assim, fala mais baixo com as crianças. Na verdade, a primeira pergunta... Perguntou se era gay eu disse “não ele é hetero, ele é casado, eu conheço ele”. Mas eles acham que [gay] seria mais calmo, mais tranquilo.

Interessante notar que estudos anteriores desenvolvidos pelos integrantes do GEPDGE, como Gonçalves e Faria (2015; 2016) e Oliveira e Gonçalves (2016), sinalizam que há o preconceito e a preocupação da comunidade escolar em ter professores homens trabalhando com crianças de educação infantil. No entanto, segundo os relatos da Gestora CG, um professor homem que seja gay deve sofrer menos preconceitos, por ser associado as suas habilidades, calma, tranquilidade, etc., com as habilidades femininas.

Por outro lado, torna-se evidente o preconceito vivenciado por professores homens de educação infantil, como se o fato de optarem por atuar nessa área, tivesse relação direta com a homossexualidade, conforme relata o Professor CG sobre suas impressões ao vivenciar esse tipo de experiência: “[...] preconceito dos próprios profissionais, porque muitos dizem que quem trabalha normalmente na educação infantil, é gay. Tem muitos que acham que é isso, sem contar com o preconceito da família, né, porque a família vai criticar, não vai aceitar eu acho que é isso, né”.

Por meio de um estudo realizado por Rabelo (2013), no Brasil e em Portugal, ela constatou que, no Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro, o preconceito relativo à orientação sexual dos professores homens da educação infantil é maior.

Dois entrevistados descrevem-nos essa vigilância. Vinícius (RJ-BR, 24 anos) afirma que não é homossexual, mas que, desde a infância, já sofreu várias acusações de que o seria por causa de sua voz, de seu jeito desengonçado de mexer muito as mãos e de sua sensibilidade [...] O professor André (RJ-BR, 38 anos), que nos assumiu ser homossexual, disse que também enfrentou problemas devido ao seu gestual e ao seu modo de andar. Ele teve uma professora primária que chamou sua avó para dizer que ele era diferente, tinha trejeitos femininos, afirmando que isso talvez se devia ao fato de ele não ter pai e que ele teria que mudar esse jeito. Depois disso, ela passou a tentar controlá-lo, corrigindo a todo momento seu andar, que deveria ser “Reto. Direito. Igual de homem” (RABELO, 2013, p. 8).

De forma semelhante, os estudos realizados por Monteiro e Altmann (2014) em Campinas SP, com todos os professores homens de educação infantil, sendo 7 (sete) no total, evidenciam que os sujeitos investigados sofreram preconceitos semelhantes aos citados por Rabelo (2013) e pelo Professor CG que é participante desta pesquisa.

Os homens que atuam como professores de educação infantil se depararam com outro questionamento quanto à sua orientação sexual. O professor Murilo, por exemplo, relatou: “Minha história foi carregada de preconceito: ‘Se foi para o magistério, para pedagogia, então é garantido que é homossexual’” (MONTEIRO; ALTMANN, 2014, p. 732).

Com base nesses relatos, é possível perceber que todos os professores homens de educação infantil vivenciam esse tipo de preconceito, visto que os heterossexuais têm que provar a sua masculinidade e os homossexuais são associados com a figura feminina, a qual historicamente foi vista como inferior, da mesma forma que os homossexuais.

[...] a homossexualidade, a partir de um dado momento histórico é colocada em uma posição hierárquica inferior à heterossexualidade, o preconceito social produz contra esse grupo, uma espécie de invisibilidade, mesmo

sabendo da existência da prática da homossexualidade, logo da existência dos homossexuais, é necessário tornar essa dinâmica invisível, clandestina, pois assim, não subverte valores históricos e garante a ordem social. A negação da existência desse grupo, mesmo a negação de seus direitos, bem como, a inferiorização social dos homossexuais, cria o efeito secundário da homofobia. (PEREIRA, 2017, p. 11).

A questão da homossexualidade feminina também aparece nos relatos de uma gestora de educação infantil de Itaquiraí, cidade de pequeno porte localizada no interior do Estado de Mato Grosso do Sul. Ela menciona que, na instituição, tinha um caso de uma professora que era lésbica, que toda a comunidade escolar tinha conhecimento e que não tiveram problema com as famílias. Apenas percebeu o receio por parte de algumas professoras da instituição.

Aqui a gente tem um caso de uma menina que... uma professora, é... uma monitora na verdade, ela é uma ajudante de sala e ela é homossexual, é uma mulher. Então aqui também foi por parte de alguns professores que disseram “nossa, mas como que os pais vão reagir?” [...] Mas até hoje os pais nunca reclamaram, todo mundo conhece a professora e tal, ela faz um ótimo trabalho e só tem elogios pra ela (GESTORA IT).

É interessante notar que de forma análoga ao que ocorreu com a Gestora CG de as professoras questionarem se o professor homem era gay, no caso da Gestora IT aconteceu de ser questionada pelas professoras se as famílias não iriam se importar pelo fato de ter uma docente lésbica na instituição. Parece que o receio maior está dentro da própria escola, entre os profissionais da educação, sugerindo que falta formação continuada para lidar com essas questões relativas à diversidade de gênero na escola. Se cada vez mais a diversidade de gênero e sexual se faz presente no cotidiano escolar, é necessário que os profissionais da educação tenham formação adequada para lidar com essas questões, evitando assim reproduzir os preconceitos que foram construídos em seus contextos históricos e culturais.

Houve um caso de uma mãe de criança de ensino fundamental de Tacurú, município de pequeno porte localizado no interior do Estado de MS, que, ao comentar se preferia que a filha estudasse com professores homens ou mulheres, acabou mencionando sobre a orientação sexual dos profissionais da educação:

Mae TA: É que tem bastante preconceito ainda com professes homens...

Pesquisadora: Escolheria matricular em qual turma?

Mae TA: A de mulher.

Pesquisadora: A de mulher, por quê?

Mae TA: Porque eles, às vezes..., Agora saiu esse negócio de homossexual, e as vezes as mães têm preconceito, né. Só que eu não tenho preconceito, na minha opinião, seria normal.

Pesquisadora: Você acha que os pais podem achar que o professor homem é homossexual?

Mae TA: É, pode. Na minha opinião, né. Mas às vezes é coisa pessoal dentro da escola, né. Porque se é coisa dele [professor] né, é pessoal. Mas tem mãe que tem preconceito.

Se a homossexualidade docente feminina foi bem aceita entre os familiares, segundo a Gestora IT, a homossexualidade masculina parece ter opiniões divergentes. Por um lado, há a associação de habilidades homossexuais masculinas com as habilidades femininas e, por esse motivo, não há problemas em ter professores gays trabalhando na educação infantil. Por outro lado, há o receio de ter homens trabalhando com crianças, inclusive se ele for homossexual, havendo a preferência pelo trabalho realizado pelas professoras mulheres. Esta opinião corrobora com as ideias do Avô, que reconhecia ter preconceitos sobre a possibilidade de dois homens serem responsáveis pela educação de crianças em âmbito familiar.

[...] muito tem estudado e pesquisado sobre o preconceito nos últimos anos, é comum notar o discurso que o preconceito, seja ele qual for, tem que ser combatido. Porém, a possibilidade de combate não é sinônima de inexistência. Ele passa a ser justificado e

essa modalidade “sutil” ainda não é admitida como preconceito. Essa sutileza ainda é difícil de ser claramente percebida, mas dada as condições adequadas para a expressão do preconceito, ele se manifesta declaradamente (PEREIRA, 2017, p. 9).

Infelizmente ainda há muito preconceito nas escolas em relação à diversidade de gênero e sexual, embora se tratando de realidades presentes no espaço escolar, familiar e na sociedade em geral. Porém, o preconceito não é unanimidade, visto que com a realização da pesquisa foi observado que há representações sociais diferenciadas, as quais atribuem maior valor às pessoas e ao profissionalismo, independente da orientação sexual, conforme apresentado na sequência.

c) Aceitação da orientação sexual dos professores

Ao abordar sobre a atuação docente, a Gestora CG acabou comentando sobre a orientação sexual dos professores, ressaltando que a prioridade considera primordial a competência profissional e não dimensão da vida pessoal do professor. “Se viesse um gay trabalhar com a gente, a opção sexual não importa, o que importa é o profissional” (GESTORA CG). Cabe salientar que, embora se trate de uma ideia relevante, a Gestora utiliza o termo “opção sexual”, quando na realidade o termo mais aceito, na atualidade, é “orientação sexual”, conforme Jesus (2012).

Seguindo essa mesma perspectiva de que o mais importante é a dimensão profissional do educador e não a orientação sexual, a Mãe de criança do ensino fundamental de Campo Grande assim relata sobre a possibilidade de um professor ser gay ou lésbica:

Eu acredito que essa relação de “Ah vou preferir uma mulher do que um homem pra dar aula”, aí eu já acho que é discriminação. [...] a sexualidade do professor não vai interferir. Se ele é homem ou se é mulher, se ele é homossexual, isso não vai interferir e se o aprendizado que ele tá passando para as crianças, se a capacidade intelectual é muito além daquilo físico, entendeu (MÃE CG).

Mediante o relato da Gestora CG e da Mãe CG, percebemos que independentemente da orientação sexual do profissional da educação, o que realmente importa é a sua competência na execução do trabalho. Se os professores têm a formação e competência para desenvolver o trabalho docente, as questões de gênero e sexuais não importam, por tratar-se de dimensões particulares que dizem respeito à própria pessoa.

Os profissionais da educação, por serem trabalhadores qualificados, devem ser reconhecidos pela sua competência profissional e não por intermédio das representações sociais predominantes, repletas de preconceitos. É importante destacar que o grau de competência está relacionado ao conjunto de habilidades e qualificações profissionais desenvolvidas tanto durante o processo formativo, quanto no exercício do trabalho docente. Para Fleury e Fleury (2001, p. 185), a competência profissional pode ser entendida como:

Um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes que justificam um alto desempenho, acreditando-se que os melhores desempenhos estão fundamentados na inteligência e personalidade das pessoas. Em outras palavras, a competência é percebida como estoque de recursos, que o indivíduo detém. Embora o foco de análise seja o indivíduo, [...] sinaliza a importância de se alinharem às competências às necessidades estabelecidas pelos cargos, ou posições existentes nas instituições.

Diante de tantos relatos que se configuram como representações sociais que traduzem os preconceitos existentes em determinados contextos históricos e culturais, é importante que tenham entre os representantes da comunidade escolar de MS, pessoas que valorizem mais a competência profissional do que a orientação sexual dos professores. Afinal, a vida íntima e pessoal de cada pessoa é muito particular e a orientação sexual de cada indivíduo não deve representar impedimento para o exercício da cidadania e atuação profissional.

Considerações finais

Frente a pesquisa realizada, que teve como foco estudar o trabalho desenvolvido por docentes do gênero masculino com crianças, em nos municípios do Estado do Mato Grosso do Sul (MS), foi evidenciado que, durante as entrevistas, os participantes também demonstravam suas opiniões, em relação à diversidade de gênero e sexualidade. Assim, surgiu a necessidade de melhor entender sobre as representações sociais da comunidade escolar de instituições municipais de MS, sobre questões relativas à diversidade de gênero, especialmente sobre a homossexualidade.

Após o desenvolvimento da pesquisa, percebemos que não aparece muita preocupação em relação à identidade de gênero, visto que o que mais se destaca são fatores inerentes a orientação sexual principalmente dos professores homens de educação infantil.

Por meio da primeira categoria, intitulada representações sociais relativas à homossexualidade em âmbito familiar, percebemos o preconceito predominante é voltado aos casais homossexuais do sexo masculino, uma vez que se for um casal homoafetivo feminino, há a maior aceitação, por se entender que mulheres têm maiores condições de cuidar de crianças, enquanto que um casal gay costuma ser associado com a ideia de pedofilia.

Mediante os resultados apresentados na segunda categoria, sobre preconceitos vivenciados por docentes do gênero masculino que atuam na área da educação infantil, por se acreditar que eles podem ser gays, torna-se evidente que existe essa suspeita em variados contextos culturais. Para uns, o professor gay, é mais aceitável que um homem heterossexual, por se associar as habilidades homossexuais masculinas com as habilidades femininas. Por outro lado, existem também as representações de que mesmo sendo gays, os docentes podem ser vistos como potenciais agressores sexuais de crianças.

A terceira categoria relativa a aceitação da orientação sexual dos professores, por se entender que a prioridade é a competência profissional,

desmistifica os preconceitos de gênero, por se colocar como prioridade a atuação docente e não a dimensão da sua orientação sexual.

Com base no estudo realizado, percebemos que as relações de gênero e diversidade encontram-se presentes na escola, que o preconceito é maior quando se trata de homossexuais do gênero masculino e que independente das orientação sexual do corpo docente, o importante é sua atuação e competência profissional.

Por fim, ressaltamos que esta pesquisa não teve a intenção de esgotar a temática, ao contrário, acreditamos que é necessário realizar novos estudos para melhor entender a complexidade inerente à diversidade de gênero e sexual existente nas escolas.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). Gênero e diversidade sexual na escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos. Cadernos Secad 4, **MEC/SECAD**, Brasília, DF, maio 2007.

COITINHO FILHO, R. A. Sob o “melhor interesse”! O ‘homoafetivo’ e a criança nos processos de adoção. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 495–518, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2017000200495&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 ago. 2017.

FLEURY, M. T. L.; FLEURY, A. Construindo o conceito de competência. **RAC – Revista de Administração Contemporânea**, Maringá, v. 5, p. 183–196, Ed. Especial 2001.

GÓMEZ ETAYO, E. **Nem anjos, nem demônios**: homens comuns: narrativas sobre masculinidades e violência de gênero. 2011. Tese (Doutorado em Ciência Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2011.

GONÇALVES, J. P.; FARIA, A. H. Representações sociais de pais sobre atuação de homens como educadores de crianças de 0–3 anos. **Educação: Teoria e**

Prática, Rio Claro, SP, v. 25, n. 49, p. 282–297, maio/ago. 2015. Disponível em:

<<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/8040/6855>>. Acesso em: 2 ago. 2016.

GONÇALVES, J. P.; FARIA, A. H.; REIS, M. G. F. A. Olhares de professores homens de educação infantil: conquistas e preconceitos. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 34, n. 3, p. 988–1014, set./dez. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2016v34n3p988>>. Acesso em: 7 ago. 2017.

HARAWAY, D. **Ciencia, cyborgs y mujeres: la reinvención de la naturaleza**. Manuel Talens. Valencia: Madrid: Ediciones Catedra, 1995.

JESUS, J. G. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília: EDA/FBN, 2012.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. Uma leitura da história da educação sob perspectiva do gênero. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, SP, [S.l.], v. 11, p. 69–78, jan./dez. 1994. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/11412/8317>>. Acesso em: 30 set. 2019.

MACEDA, O. E. L. **Vivir a contracorrente: arreglos parentales de varones gay em la ciudad de México**. Cidade do México DF: Processos Editoriales y Publicitarios, 2013.

MINAYO, M. C. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. São Paulo: Vozes, 2002.

MONTEIRO, M. K.; ALTMANN, H. Homens na educação infantil: olhares de suspeita e tentativas de segregação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 44, n. 153, p. 720–741, set. 2014.

MOSCOVICI, S. **A social psychological analysis**. London: Academic Press, 1973.

MOSCOVICI, S.; NEMETH, C. Minority influence. In: NEMETH, C. (Org.). **Social psychology: classic and contemporary integrations**. Chicago: Rand McNally, 1974, p. 217–250.

NETO, O. C.: **O trabalho de campo como descoberta e criação**. São Paulo: Vozes, 2002.

OLIVEIRA, L. A.; GONÇALVES, J. P. E quanto aos estágios em educação infantil para os alunos de pedagogia? Eles têm os mesmos “direitos” que Elas? In.: GONÇALVES, Josiane Peres (Org.). **Tempo, gênero e prática docente: refletindo o trabalho de professores homens no magistério**. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2016, p. 83–98.

PEREIRA, D. F.. Homossexualidade em cena: da naturalidade ao preconceito. Revisitando a produção científica nacional. **Itinerarius Reflectionis**, Goiás, v. 13, n. 2, p. 1–19, ago. 2017.

RABELO, A. O. Professores discriminados: um estudo sobre os docentes do sexo masculino nas séries do ensino fundamental. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 907–925, dez. 2013.

SANTOS, G. G. da C.. Mobilização homossexuais e estado no Brasil: São Paulo (1978–2004). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 22, n. 63, p. 121–135, fev. 2007.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71–99, jul./dez. 1995.

STACEY, J.; BIBLARZ, T. (How) Does the sexual orientation of parents matter? **American Sociological Review**, v. 66, n. 2, p. 159–183, abr. 2001.

WEEKS, J. **Invented moralities: sexual values in an age of uncertainty**. Nova York: Columbia University Press, 1995.